Unimed ODONTO

Unimed Saúde e Odonto S.A.

CNPJ/MF: 10.414.182/0001-09 **ANS - nº 41.680-1**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, é com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Unimed Saúde e Odonto S.A. ("Operadora") e o relatório dos auditores independentes. **Desempenho Econômico-Financeiro e o Mercado de Saúde Suplementar:** A Operadora encerrou o ano de 2025 com R$209,1 milhões em contraprestações líquidas, apresentando um crescimento de 9,6% em relação ao exercício anterior. Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram R$91,8 milhões (R$885,8 milhões em 2024), com sinistralidade de 43,9% (45,0% em 2024). As despesas administrativas e as receitas e despesas operacionais somadas, registraram um aumento de 7,5%, totalizando R$60,0 milhões em 2025 (R$55,7 milhões em 2024). O aumento decorre do incremento de custos administrativos e de tecnologia, para melhoria dos processos operacionais, principalmente no controle e regulação dos sinistros. O resultado financeiro alcançou R$24,5 milhões em 2024 (R$14,6 milhões em 2024), queda de 67,4% em relação ao exercício anterior. O aumento se deve pela manutenção da taxa de juros em patamares elevados em 2025, além do incremento do caixa, gerando maior volume de recursos financeiros para aplicação. Os ativos totais totalizaram R$243,0 milhões ao final do exercício de 2025 (R$206,0 milhões em 2024), o que representa um aumento de 18,0%. O aumento se deve à crescente da carteira, que trouxe maior volume de recursos financeiros com baixa sinistralidade no exercício de 2025. No encerramento do exercício de 2025, a Operadora detinha mais de 1,3 milhão de beneficiários, demonstrando a qualidade de seus produtos odontológicos e a confiança na marca. Em 2026, a Operadora continuará seguindo as diretrizes estabelecidas em seu Planejamento Estratégico, com foco em alavancar o crescimento da base de beneficiários. Com uma perspectiva de aumento superior a 13,0% no faturamento, a Operadora busca um crescimento sustentável, por meio da otimização de custos e da geração de valor aos acionistas. Nesse contexto, o investimento na gestão da rede assistencial permanece como um dos principais pilares para a sustentabilidade dos custos e a eficiência dos processos. Adicionalmente, outras ações visam aprimorar a gestão de clientes, promovendo inovação, agilidade e eficiência operacional. A Operadora já vem realizando investimentos relevantes e estruturantes em tecnologia, com ampliação das automações e expansão do uso de algoritmos na regulação de sinistros, contribuindo para a mitigação de fraudes, o fortalecimento dos controles e a segurança de suas operações, garantindo sua sustentabilidade no longo prazo. **Investimentos:** A Administração da Operadora declara que tem capacidade financeira e condições de manter os instrumentos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado, observando os prazos contratados para cada um dos investimentos, de acordo com as legislações vigentes. **Capital Social:** O patrimônio líquido da Operadora alcançou R$193,0 milhões em dezembro de 2025, representado por 100.000.000 de ações. **ESG:** A Operadora é controlada pela Unimed Seguradora S.A., sendo que as iniciativas ESG *(Environmental, Social and Governance),* ou ASG (Ambiental, Social e Governança), estão devidamente evidenciadas nas demonstrações financeiras da Controladora. A Operadora utiliza a estrutura corporativa de sua Controladora, responsável por gerir e direcionar as ações sociais em todo o grupo do qual faz parte. Essas iniciativas são coordenadas pela área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, contando com o apoio e a participação voluntária de colaboradores de diversas áreas da Operadora. As ações têm como propósito atender comunidades por meio de iniciativas voltadas à promoção da saúde, assistência a idosos, apoio a pessoas em situação de rua, além de ações direcionadas a crianças, jovens e seus familiares em situação de vulnerabilidade social. Também contemplam iniciativas relacionadas a comportamento, qualidade de vida e preservação do meio ambiente. A Operadora possui sua estrutura de Alta Gestão gerida por sua Controladora que possui outras empresas controladas. As definições requeridas pela Lei 15.177/2025 sobre equidade e remuneração de mulheres estão descritas nas demonstrações financeiras da Controladora. **Reconhecimentos:** A Operadora se destacou no "Experience Awards 2025" na categoria "Saúde-Planos Odontológicos", eleita a operadora odontológica com o melhor NPS do Brasil pelo quarto ano consecutivo, com o selo "O Cliente Recomenda". Em 2025, em avaliação anual realizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Unimed Saúde e Odonto figurou pelo 5º ano consecutivo na faixa de excelência do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), obtendo nota máxima em "Sustentabilidade no mercado" e "Qualidade em atenção à saúde", pilares que avaliam um conjunto de ações que contribuem para o atendimento das necessidades dos beneficiários, com ênfase em promoção, prevenção e assistência à saúde prestada. **Remuneração aos acionistas:** Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social. **Investimentos em controladas e Acordo de Acionistas:** No exercício de 2025 não houve aquisições, ou outras oportunidades de novos negócios. Não houve outras movimentações ou acordos de acionistas neste exercício. **Comunicações ao COAF:** Em cumprimento ao disposto no inciso III, do artigo 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, informamos que não foram identificadas, durante o exercício de 2025, operações suspeitas que se enquadrariam como crimes de lavagem de dinheiro, passíveis de comunicação à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. **Agradecimentos:** Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos clientes, beneficiários, corretores e prestadores de serviço que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante		**210.351**	**168.588**
Disponível		**332**	**5.061**
Realizável		**210.019**	**163.527**
Aplicações financeiras	5	185.588	144.273
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		21.974	18.101
Aplicações livres		163.614	126.172
Crédito de operações com planos de assistência odontológica		4.070	3.719
Contraprestação pecuniária a receber	6	3.898	3.600
Contraprestação corresponsabilidade assumida	6	171	118
Outros créditos de operações com planos de assistência odontológica	6	1	1
Despesas diferidas	7	3.666	2.989
Créditos tributários e previdenciários	8	14.351	10.407
Bens e títulos a receber	9	2.238	1.717
Despesas antecipadas		106	422
Não circulante		**32.686**	**37.364**
Realizável a longo prazo		**22.819**	**24.702**
Aplicações financeiras	5	1.648	7.477
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		1.648	4.450
Aplicações livres		–	3.027
Créditos tributários e previdenciários	8	8.016	5.754
Depósitos judiciais e fiscais	16	13.155	11.471
Investimentos	10	**6.175**	**5.858**
Participações societárias		6.175	5.858
Imobilizado	**11.a**	**287**	**350**
Imobilizado de uso próprio		287	350
Imobilizado hospitalares/odontológicos		48	88
Imobilizado não hospitalares/odontológicos		239	262
Intangível	**11.b**	**3.405**	**6.454**
Total do ativo		**243.037**	**205.952**

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante		**33.053**	**33.086**
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	12	19.848	19.103
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		1.566	1.294
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		14.186	13.795
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		4.096	4.014
Débitos de operações de assistência odontológica		3.367	3.861
Contraprestações a restituir		1	–
Receita antecipada de contraprestações		54	410
Comercialização sobre operações	14	3.312	3.451
Tributos e encargos sociais a recolher	13	2.630	1.405
Débitos diversos	15	7.208	8.717
Não circulante		**16.942**	**15.136**
Provisões	16	16.942	15.136
Provisões para ações judiciais		16.942	15.136
Patrimônio líquido		**193.042**	**157.730**
Capital social	17	90.000	68.134
Reservas		103.035	89.585
Reservas de lucros		103.035	89.585
Ajustes de avaliação patrimonial		7	11
Total do passivo e do patrimônio líquido		**243.037**	**205.952**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Legal	Estatutária	Avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**68.134**	**3.980**	**60.608**	**9**	**–**	**132.731**
Ajuste de títulos e valores mobiliários	–	–	–	2	–	2
Lucro do exercício	–	–	–	–	29.497	29.497
Proposta de destinação do lucro:						
Reserva legal	–	1.475	–	–	(1.475)	–
Dividendos	–	–	–	–	(4.500)	(4.500)
Reserva estatutária	–	–	23.522	–	(23.522)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**68.134**	**5.455**	**84.130**	**11**	**–**	**157.730**
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de março de 2025	21.866	–	(21.866)	–	–	–
Ajuste de títulos e valores mobiliários	–	–	–	(4)	–	(4)
Lucro do exercício	–	–	–	–	40.316	40.316
Proposta de destinação do lucro:						
Reserva legal	–	2.016	–	–	(2.016)	–
Dividendos	–	–	–	–	(5.000)	(5.000)
Reserva estatutária	–	–	33.300	–	(33.300)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**90.000**	**7.471**	**95.564**	**7**	**–**	**193.042**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Saúde e Odonto S.A. (doravante denominada por "Operadora"), registrada na ANS sob nº 41680-1, é uma Operadora de planos odontológicos que tem como missão tornar acessível à sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de atenção integral da saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Operadora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações. A Operadora compartilha com sua Controladora direta e indireta, Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Operadora é controlada direta da Unimed Seguros Saúde S.A. e controlada indireta da Unimed Seguradora S.A., cujo controle final pertence à Unimed Participações S.A.. A Operadora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos odontológicos, de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A Operadora detém 50% de cotas da Integra Unimed Ltda., que atua na prestação de serviços de apoio e gestão em saúde, além de ser mais um braço do Sistema Cooperativo Unimed.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Resolução Normativa ANS n° 528, de 29 de abril de 2022 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela ANS. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2026. **b. Continuidade:** A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Operadora continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **c. Base mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); Provisões técnicas, mensuradas de acordo com nota técnica atuarial. **d. Moedas funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e. Utilização de estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais exigem que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Principais processos de mensuração que requerem um nível mais elevado de julgamento ou complexidade são: ***i.* Aplicações financeiras:** A Administração avalia o valor justo de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos por meio de técnicas de avaliação. Isso inclui o uso de premissas sobre taxas de juros, riscos de crédito e volatilidade. ***ii.* Créditos tributários e previdenciários:** A Administração avalia a probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização de ativos fiscais diferidos (prejuízos fiscais e diferenças temporárias). Esta análise é revisada anualmente com base no plano de negócios da Companhia. ***iii.* Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A Administração utiliza fontes de informações internas e externas sobre o comportamento histórico dos avisos de sinistros e indicadores que possam influenciar na mensuração da provisão. ***iv.* Provisões para ações judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. O registro de provisões é feito com base no julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos, considerando: A probabilidade de perda (Provável, Possível ou Remota). A estimativa do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação. ***v.* Provisão para Perdas sobre créditos (PPSC):** A estimativa de perdas em contas a receber baseia-se em premissas sobre o risco de inadimplência e taxas de perda histórica, ajustadas por informações prospectivas sobre o cenário macroeconômico. As estimativas e premissas são revistas periodicamente. Ajustes ou efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **f. Segregação entre circulante e não circulante:** A Operadora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando estes atendem às seguintes premissas: Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Operadora. O que não se caracteriza dentro do ciclo operacional de 12 meses é classificado como não circulante. **g. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor ou não foram referendadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS), e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora: O CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis** redefine a estrutura da Demonstração do Resultado (DRE) ao categorizar itens em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, visando ampliar a transparência e a comparabilidade das informações. Sua aplicação está prevista para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo que sua adoção pela Companhia permanecera condicionada ao referendo da SUSEP. Reforma Tributária (IBS/CBS): Em decorrência da promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, está prevista para 01/01/2026 a fase inicial da Reforma Tributária sobre o Consumo. Conforme o cronograma legislativo, a substituição do PIS, da COFINS e do IOF incidente sobre operações de seguros pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) ocorrerá a partir de 01/01/2027. Posteriormente, o ICMS e o ISSQN serão gradualmente substituídos pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) entre os anos de 2029 e 2032. Até a data da publicação das Demonstrações Financeiras, a Agência Nacional de Saude (ANS) não emitiu diretrizes normativas ou circulares que regulamentem os impactos contábeis específicos para o setor, notadamente quanto à mensuração das provisões técnicas e ao tratamento dos ativos diferidos. Dessa forma, a Companhia mantém seus critérios de reconhecimento e mensuração inalterados nestas demonstrações financeiras, em conformidade com o arcabouço regulatório vigente. A Administração monitora ativamente os desdobramentos legislativos e as orientações da Receita Federal do Brasil e do órgão regulador. O objetivo é assegurar a tempestividade na avaliação de eventuais impactos financeiros e atuariais tão logo as normas de transição para o setor de seguros sejam formalizadas.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. **b. Ativos Financeiros:** A Operadora, conforme a norma CPC 48 - Instrumentos Financeiros, passa a reconhecer e mensurar seus ativos financeiros a partir da formalização de dois conceitos: i) composição de fluxo de caixa dos ativos financeiros por meio de pagamento de principal e juros; e ii) definição do modelo de negócios da Operadora para gestão de seus ativos financeiros. O *SPPI Test* tem o objetivo de assegurar que os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros. O *SPPI Test*, em conjunto com a definição do modelo de negócios, permite o enquadramento do instrumento financeiro para a classificação em uma das seguintes categorias: Custo Amortizado; Valor Justo por meio do Resultado (VJR); ou Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). Caso o instrumento não atenda aos conceitos de *SPPI Test*, necessariamente ele é classificado na categoria VJR. Entretanto, se os conceitos de *SPPI Test* forem atendidos, a Operadora classifica o ativo financeiro em Custo Amortizado ou VJORA, de acordo com seu modelo de negócios. Nesse cenário, a Administração define em qual dos seguintes modelos de negócios suas carteiras pertencem: ***i.* Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos não são classificados no *SPPI Test* e são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. ***ii.* Ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter os ativos financeiros dentro do modelo de negócio proposto, ou seja, manter os ativos a fim de receber os fluxos de caixa contratuais. Esses ativos são classificados no *SPPI Test* e, dão origem, em datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. ***iii.* Ativos financeiros mensurados através do justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Ativos financeiros mensurados através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são classificados no *SPPI Test* e, dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Abaixo, temos a seguinte classificação de ativos financeiros:

Classificação após adoção do CPC 48	Saldo (CPC 48)
Custo amortizado	1.648
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.964
Valor justo por meio do resultado	173.624
	187.236

c. Determinação do valor justo: A política de avaliação dos investimentos da Companhia fundamenta-se no princípio da consistência patrimonial, assegurando que os ativos mantidos diretamente ou em estruturas exclusivas sob administração da Intrag sejam reportados pelo seu valor de mercado *(Fair Value).* A valoração observa a seguinte estrutura metodológica: 1. Ativos de Crédito e Renda Fixa com Precificação por Indicadores (Nível 2). Para os títulos de crédito privado e bancário, a Intrag utiliza modelos de curva de juros e spreads de mercado, onde: i) CDBs são valorizados pela curva de juros futuros (DI B3). No caso de ativos com cláusula de resgate à taxa determinada, a valoração segue a curva contratada; para os demais, aplica-se o custo de oportunidade de mercado somado ao risco de crédito do emissor; ii) As debêntures tem como fonte primária de precificação as tabelas de Preços Unitários (PU) da ANBIMA. Na ausência de negociações recentes que formem preço, a Intrag utiliza modelos matemáticos internos que consideram o fluxo de caixa descontado e prêmios de risco compatíveis com papéis de perfil similar; e 2. Cotas de Fundos de Investimento: A avaliação das cotas de fundos exclusivos ou abertos é realizada através da cota diária publicada pela administradora. Esta cota sintetiza a marcação a mercado de todos os ativos subjacentes, respeitando os manuais de precificação do controlador (Intrag) e garantindo que não haja transferência de riqueza entre diferentes datas de aplicação ou resgate. Os fundos imobiliários cujo empreendimento está em fase de construção estão precificados com cota patrimonial, divulgada também pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Já os fundos imobiliários cuja obra foi concluída, estão negociados na B3 e sua cota representa a negociação diária do ativo. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). **d. Perdas Esperadas:** A normativa CPC 48 orienta que a Operadora estabeleça um modelo de perdas de crédito esperadas aplicável para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA) e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), exceto para os instrumentos patrimoniais (ações) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Este modelo deve considerar em sua metodologia: (a) Probabilidade ponderada imparcial que é determinada avaliando uma série de resultados possíveis; (b) O valor do tempo do dinheiro e; (c) Informações razoáveis e sustentáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço desproporcional na data de submissão sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras. Assim, para sua aplicação aos instrumentos de portfólio de investimentos, é necessário: I. Identificar os ativos onde deva ser aplicada a provisão; II. Classificar os ativos financeiros em estágios de risco; e III. Realizar os cálculos correspondentes para estimar a perda esperada. Para isso, utilizamos o método *Credit VaR (CVaR).* Este modelo permite o cálculo da Perda esperada (PE), segundo os parâmetros de risco abaixo:

$$PE = PD \times LGD \times EAD$$

Probabilidade de Inadimplência (PD): É a probabilidade de que um emissor ou instrumento fique inadimplente em suas obrigações de crédito dentro de um determinado período. Para o cálculo da Perda Esperada, de acordo com as diretrizes do regulamento, considera a construção de tipos de probabilidades padrão; Perda dada à Inadimplência (LGD): E a porcentagem de exposição que a Operadora espera perder em caso de inadimplência em um instrumento financeiro. Para isso, é necessário calcular o montante das recuperações e ressarci-la das despesas associadas para assim gerenciá-las. Sabendo disso, podemos estimar a quantidade não recuperada; Exposição à Inadimplência (EAD): Este parâmetro refere-se à exposição que um instrumento financeiro tem na data que está sendo analisado, ou seja, é o valor a que entidade é exposta diante de uma possível violação pela contraparte. A estimativa do EAD corresponde à atualização dos fluxos futuros de investimento na data de avaliação. O cálculo ocorre por meio da realização de 10.000 simulações para cada um dos ativos elegíveis ao teste na carteira. Cada simulação leva em conta o *rating* (1) do emissor e, por sua vez, a chance de *default* e porcentagem de recuperação do valor investido em caso de *default*. Com isso, conseguimos (em cada uma das 10.000 simulações) mensurar um valor de recuperação para a carteira e, ao final do processo, classificamos os valores de recuperação por ordem de grandeza. 1. *Rating* é a nota que uma agência classificadora de risco atribui a um governo, empresa ou emissão de dívida levando em consideração: a) Ambiente econômico, b) Setor atuante, c) Características de negócio da empresa, e d) Governança e aspectos financeiros. As principais agências classificadoras são *Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's*. Os ativos elegíveis são distribuídos em três grupos segregando a exposição por tipo de emissor, uma vez que possuem características distintas a serem consideradas para simulação de recuperação pós-*default*: A: Ativos de créditos securitizados (CRI, CRA e FIDC); B: Ativos bancários (LF, CDB, LCI, LCA, DPGE, etc.); e C: Demais ativos não financeiros (Debêntures, Notas Promissórias, etc). Os títulos públicos possuem *rating* Soberano, portanto, consideramos zero risco de inadimplência. Cada emissão tem um *rating* atribuído neste momento. Caso o ativo tenha *rating* por mais de uma agência, será considerado o de menor valor. Caso não possua nenhum *rating*, será atribuído o *rating* "CCC" para este ativo. Na etapa seguinte, é realizado uma transição de *rating* para cada contraparte consolidada. Caso a transição não resulte em *default*, o valor inicial da exposição retorna sem alterações. Caso seja observado um *default* em uma contraparte do Tipo A, o ISIN será posteriormente analisado para mensurar um valor de recuperação baseado no perfil de garantia inerente à emissão. Caso seja observado um d*efault* em uma contraparte do Tipo B e/ou Tipo C, cada ativo do emissor será individualmente analisado para mensurar um valor de recuperação baseado no tipo de emissão (DPGE, títulos tradicionais e títulos subordinados) e no perfil de garantia inerente à emissão. A simulação completa é realizada 30.000 vezes para cada contraparte consolidada. O *CVaR (Conditional Value at Risk)* utiliza o conceito de perda esperada, o qual quantifica o risco de cauda de crédito que um determinado portfólio possui. Os indicadores de *CVaR* Carteira 95% e 99% podem ser entendidos como a perda esperada do patrimônio líquido do fundo quando o limiar de perda de 5% e 1%, respectivamente, for ultrapassado. A Operadora observa o *C-Var* da Carteira com intervalo de 99% de confiança. **e. Redução ao valor recuperável de contraprestações a receber:** A Operadora aplica o modelo de perda de crédito esperada para mensurar a recuperabilidade de suas contraprestações a receber, fundamentando a constituição da provisão em julgamentos e estimativas que consideram o risco de inadimplência inerente à sua carteira. Para tanto, a Administração utiliza um estudo técnico baseado na experiência histórica de perdas, segmentando por tempo de vencimento (*aging*). A premissa central desse modelo assume que o comportamento histórico de pagamento é um indicador fidedigno para perdas futuras, razão pela qual a provisão é aplicada de forma incremental a partir de títulos vencidos há mais de 30 dias. Complementarmente a essa metodologia, as estimativas são revistas mensalmente para assegurar a aderência à realidade da carteira. Nesse processo de revisão, títulos que apresentam evidências objetivas de perda são provisionados integralmente, independentemente do tempo de atraso, enquanto a baixa efetiva ocorre apenas quando exauridas todas as medidas de cobrança e a recuperação definitiva é considerada improvável pela Administração. **f. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue: Bens móveis: 5 a 10 anos; Instalações: 5 a 10 anos; e Outros: 5 a 10 anos. **g. Ativos intangíveis:** Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Operadora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Operadora revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de aproximadamente 5 anos a partir da data em que o sistema entre em operação e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **h. Despesas diferidas:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição dos contratos odontológicos, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, ou seja, 12 meses, período estipulado pela ANS. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **i. Provisões técnicas de operação de assistência odontológica:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as notas técnicas atuariais e determinações contidas nas normas da ANS: A provisão de contraprestação não ganha é constituída com base nas contraprestações apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário "*pro rata die*" do período de cobertura individual de cada contrato em pré-pagamento, a partir do primeiro dia de cobertura e as contraprestações emitidas antecipadamente ficam pendentes nas contas de compensação até o início de cobertura; A provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais é constituída pelo valor a pagar cobrado pelo prestador ou beneficiário, com base nos documentos recebidos até a data do balanço. O valor contabilizado na rubrica "Recuperação de sinistros" corresponde às glosas e as recuperações de coparticipação; e A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), é calculada tomando por base o desenvolvimento matemático de triângulos de *"run-off"* para o período de 18 meses, utilizando o método *Chain-Ladder*. Além disso, a Operadora realiza o acompanhamento da necessidade de constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio (PIC), baseado na metodologia padrão atualizada pela ANS na Resolução Normativa nº 574/2023 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2025 não houve constituição para a referida provisão. **j. Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** De acordo com Resolução Normativa nº 528/2022, e alterações posteriores, as operadoras de planos de assistência odontológica com mais de 100.000 (cem mil) beneficiários na data-base do encerramento do exercício social deverão elaborar o TAP utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde e odontológicos na modalidade de pré-pagamento, não sendo obrigatório o reconhecimento de eventuais deficiências apuradas nos resultados. Esse teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinistros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer, prêmios futuros que não estejam contidos na PPCNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alocáveis e não alocáveis relacionadas a sinistros e despesas de comercialização. Nos termos da RN n° 528/2022, foram utilizadas premissas técnicas realistas de sinistralidade, cancelamentos, reajustes por faixa etária, percentual de sexo feminino/masculino e Probabilidade de Sobrevivência (BREMS-F e BREMS-M), especificadas em estudo técnico atuarial, que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segregação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. Os testes foram realizados por segmentação considerando as modalidades individual, coletivo empresarial, coletivo por adesão e corresponsabilidade assumida. A projeção para os Planos Individuais considerou um período de 8 anos e nos Planos Coletivos um período de 12 meses, a partir do início de vigência do contrato. Não foi considerado renovação de contrato. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado do teste de adequação do Passivo Total não apresentou insuficiência em nenhuma das modalidades. **k. Benefícios aos empregados: *i.* Obrigações de curto prazo a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ***ii.* Planos de contribuição definida:** A Operadora oferece aos seus diretores complementação de aposentadoria sob a forma de renda mensal temporária pelo prazo de 12 meses na modalidade de contribuição definida. A Operadora também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela própria Operadora para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), junto à UNIMED Seguradora S.A.. O PGBL é um plano de previdência do tipo contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Outros benefícios de curto prazo, tais como Seguro Saúde, Assistência odontológica, Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais, Convênio Farmácia, Previdência Privada Voluntária, Auxílio Creche e Babá, Vale-Transporte, Convênio Estacionamento, Vale-Refeição e Vale-Alimentação são oferecidos aos funcionários e são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **l. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** A Operadora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. A Operadora possui estudo próprio e utiliza critérios internos de classificação ao efetuar a reserva para a parcela possível de 50% e provável de 100% do risco. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Operadora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas de acordo com a perspectiva de perda em relação ao desfecho final dos processos, para as perspectivas de perda possível e provável as reservas são constituídas em 50% e 100% do risco, respectivamente. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **m. Reconhecimento de receita: *i.* Reconhecimento de contraprestação emitida de contratos de planos odontológicos:** As receitas de contraprestações dos contratos de planos odontológicos são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco dos respectivos contratos. ***ii.* Receita de juros:** Ativos financeiros classificados a custo amortizado tem como característica serem mantidos até o vencimento ou próximo ao vencimento. Estes ativos pela característica apresentada, não apresentam ajuste a valor justo (risco de mercado). Com relação aos ativos avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), estes reconhecem os rendimentos de juros no resultado do período (DRE). A diferença em comparação ao modelo de negócios anterior é a existência da contabilização de ajuste a valor justo (risco de mercado) a ser reconhecido em outros resultados abrangentes (ORA) no patrimônio líquido. Nesse sentido, ajustamos o valor dos ativos ao valor que eles valem no momento corrente no mercado. Nesse modelo de negócio, esse ajuste é apresentado em ORA e, consequentemente, na baixa do ativo, seja por venda ou resgaste e os valores reconhecidos em ORA seriam encaminhados para o resultado do período. No caso dos instrumentos financeiros avaliados a VJR, os efeitos de eventuais reconhecimentos de receitas e ajuste ao valor justo do ativo será reconhecido no resultado do período. **n. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, o percentual mínimo é de 10% com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados na Assembleia Geral Ordinária. **o. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para impostos de renda do exercício e diferido foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro do exercício e diferido foi calculada à alíquota de 9%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades

continua →★

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	2025	2024
Contraprestações efetivas de plano de assistência odontológica		**209.048**	**190.765**
Receitas com operações de assistência odontológica		219.561	200.301
Contraprestações líquidas	19.a	219.561	200.301
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica da operadora	19.b	(10.513)	(9.536)
Eventos indenizáveis líquidos	**19.c**	**(91.762)**	**(85.838)**
Eventos conhecidos	**19.d**	**(91.679)**	**(86.108)**
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(83)	270
Resultado das operações com planos de assistência odontológica		**117.286**	**104.927**
Outras receitas operacionais de planos de assistência odontológica	19.f	631	512
Receitas de assistência odontológica não relacionadas com planos odontológicos da operadora	19.f	172	511
Outras receitas operacionais		172	511
Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica	19.f	(1.207)	(6.374)
Outras despesas de operações de planos de assistência odontológica		538	(5.128)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.745)	(1.246)
Outras despesas operacionais de assistência odontológica não relacionada com planos odontológicos da operadora	19.f	(233)	(216)
Resultado bruto		**116.649**	**99.360**
Despesas de comercialização	19.e	(21.854)	(19.333)
Despesas administrativas	19.g	(59.320)	(50.185)
Resultado financeiro líquido	**19.h**	**24.529**	**14.650**
Receitas financeiras		26.705	17.424
Despesas financeiras		(2.176)	(2.774)
Resultado patrimonial		**(5.042)**	**209**
Receitas patrimoniais		356	275
Despesas patrimoniais		(5.398)	(66)
Resultado antes dos impostos e participações		**54.962**	**44.701**
Imposto de renda	20	(11.495)	(10.745)
Contribuição social	20	(4.462)	(3.955)
Impostos diferidos		2.240	282
Participações sobre o lucro		(929)	(786)
Resultado líquido		**40.316**	**29.497**
Quantidade de ações	17.a	100.000.000	100.000.000
Lucro por ação		0,40	0,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**40.316**	**29.497**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	**(4)**	**3**
Ajustes com títulos e valores mobiliários		
Variação do valor justo de ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**(7)**	**4**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre o valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3**	**(1)**
Total do resultado abrangente do exercício	**40.312**	**29.500**
Atribuível a:		
Acionistas da Operadora	32.329	23.659
Não controladores	7.982	5.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Recebimento de planos odontológicos	218.199	201.464
Outros recebimentos operacionais	3.053	3.903
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços odontológicos	(91.340)	(86.242)
Pagamento de comissões	(22.767)	(24.123)
Pagamento de pessoal	(16.537)	(15.065)
Pagamento de serviços terceiros	(9.650)	(8.340)
Pagamento de tributos	(28.928)	(22.289)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(181)	(141)
Pagamento de promoção/publicidade	(1.569)	(1.208)
Resgate de aplicações financeiras	198.645	173.076
Aplicações financeiras	(210.548)	(183.907)
Outros pagamentos operacionais	(33.950)	(23.569)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**4.427**	**13.559**
Atividades de investimento		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado	(31)	(38)
Pagamento de aquisição de projeto em desenvolvimento	(4.125)	(5.446)
Pagamento de aquisição de sistemas aplicativos software	–	(1)
Caixa líquido consumido das atividades de investimento	**(4.156)**	**(5.485)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(5.000)	(4.500)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(5.000)**	**(4.500)**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**(4.729)**	**3.574**
Caixa - no início do exercício	**5.061**	**1.487**
Caixa - no final do exercício	**332**	**5.061**
Ativos livres no início do exercício	129.199	107.910
Ativos livres no final do exercício	163.614	129.199
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	**34.415**	**21.290**

A conciliação entre o lucro líquido e as atividades operacionais está apresentada na Nota 21.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 27/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/27/UNIMEDSAUDEODONTO54436027022026.pdf

Hash:177215088091450ab4a28d45cfa1ca3a3632af2d8f

Unimed ODONTO

Unimed Saúde e Odonto S.A.

CNPJ/MF: 10.414.182/0001-09 ANS - nº 41.680-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

→★ continuação

tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais ou base negativa somente serão registradas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável no prazo regulamentar. **p. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de Gerenciamento de Riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Operadora, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Este processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio. Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito, legal, operacional, sustentabilidade, cibernéticos e estratégicos. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Operadora. A Diretoria Executiva e Estatutária do Grupo Seguros Unimed, no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, conta com o suporte de Comitês de assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva e Estatutária, corpo técnico de colaboradores da Operadora e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê. **Comitê de Governança, Riscos, *Compliance* e Auditoria:** O Comitê de Governança, Riscos, *Compliance* e Auditoria tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Operadora, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório, incluindo os aspectos de melhoria da estrutura de controles internos identificados pelas Auditorias interna e independente. **Comitê de Investimentos:** O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a serem realizadas pela Operadora, observando a segurança, a rentabilidade, a solvência e a liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretivas que venham a ser adotadas pela Administração da Operadora. **Comitê de Produtos e Clientes:** O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como a gestão contínua de seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, frente aos índices e motivos de reclamações. **Comitê de Conduta Ética:** Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Operadora. **Comitê de Tecnologia:** O Comitê de Tecnologia tem por finalidade assessorar a Diretoria Executiva e Estatutária em temas relacionados a tendências tecnológicas e novos modelos de negócios, projetos ou iniciativas de inovação, bem como acompanhar a execução da estratégia corporativa de Tecnologia da Informação, em linha com o planejamento estratégico, respeitando as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, e contribuindo para o fortalecimento e o alinhamento organizacional. **Comitê de Gestão:** O Comitê de Gestão tem como objetivo monitorar os negócios da Operadora, assegurando que estejam alinhados ao planejamento estratégico e orçamentário, respeitando as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, e contribuindo para o fortalecimento e o alinhamento organizacional. **Reunião de Diretoria Executiva e Estatutária:** A reunião de Diretoria Executiva e Estatutária tem como missão proteger os interesses dos acionistas e demais partes interessadas, zelando pela observância das disposições estatutárias, legislação vigente e pelo cumprimento das deliberações adotadas nas assembleias gerais, nas reuniões do Conselho de Administração, quando aplicável, e em suas próprias reuniões. **Reunião de Diretoria Executiva:** A reunião de Diretoria Executiva tem por objetivo acompanhar os negócios da Operadora, discutir questões relevantes e deliberar sobre assuntos estratégicos, operacionais e financeiros da organização, visando assegurar a tomada de decisões que garantam o alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico, além de subsidiar as decisões da Diretoria Estatutária, por meio de recomendações e orientações fundamentadas em análises especializadas sobre temas específicos, com o foco em aprimorar a qualidade dos processos, a agilidade nas deliberações, a transparência e a efetividade das ações executivas. **Reunião de Diretoria Executiva e Superintendentes:** A reunião de Diretoria Executiva e Superintendentes tem por objetivo realizar o acompanhamento dos negócios da Operadora, bem como discutir matérias que lhe forem submetidas, visando subsidiar as decisões das Diretorias Executiva e Estatutária, por meio de recomendações embasadas em análises especializadas de temas específicos, sempre visando aprimorar a qualidade dos processos e a velocidade das deliberações. **Comissão de Gestão de Crises:** Órgão de natureza multidisciplinar, que tem como objetivo atuar em situações de crises institucionais que possam afetar a reputação da Operadora e a sustentabilidade do negócio. **Gestão de capital:** A Unimed Saúde e Odonto S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora indireta, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por Política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Esta Política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reenquadramento, quando constatadas irregularidades. A Diretoria Financeira, Técnica e Atuarial é responsável pela gestão e apuração dos resultados. De maneira independente, a área de Riscos e Controles Internos monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O Capital necessário para suportar os riscos está demonstrado na nota explicativa nº 17. ***a.* Risco de subscrição: Riscos de oscilação da provisão de eventos:** Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de planos odontológicos, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional. Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Operadora possui os seguintes procedimentos: **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões -** neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; e **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas -** mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. ***b.* Risco de mercado:** Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide da seguinte maneira: **Risco de oscilação de preços:** Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, índices e derivativos. ***i.* Gerenciamento do risco de mercado:** As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: Para o controle de risco de mercado, a Operadora utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk* (*VaR*) com nível de confiança de 95% para um horizonte de 21 dias úteis. Neste sentido, partes das aplicações financeiras são alocadas em fundos de investimentos abertos e, para estes casos, são realizadas análises através do acompanhamento constante junto aos gestores, os quais utilizam modelos como o *VaR* e ferramentas de avaliação de risco das carteiras destes fundos. Não obstante, contamos com o suporte de consultoria externa para avaliação de risco de mercado. ***ii.* Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Operadora ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos). **Resultados do teste de sensibilidade:** Na análise do teste de sensibilidade, a definição dos parâmetros quantitativos utilizados (100 pontos base para taxa de juros), teve por base o cálculo do DV1, que estima o impacto no preço do título, em unidades monetárias, pela variação na taxa de juros. Para os ativos financeiros classificados na categoria "Custo Amortizado" e os investimentos pós-fixados (LFT), as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados. Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta para os ativos classificados na categoria "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" e "Valor justo por meio do resultado", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Operadora. No caso dos fundos de investimentos, o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de 100 bps na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade do fundo ao longo dos próximos 12 meses. O impacto no Patrimônio Líquido é a somatória do resultado do teste de sensibilidade dos títulos classificados como "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes". Já o impacto no resultado é a somatória do resultado do teste de sensibilidade dos títulos classificados como "Valor justo por meio do resultado".

Impacto sobre lucro e patrimônio líquido, líquido dos impostos e contribuições:

Classe de ativos sensibilizados	Indexador	Alocação	Taxa de Juros 1%	Taxa de Juros -1%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)				
CDB	CDI	11.964	(61)	61
Valor justo por meio do resultado (VJR)				
Quotas de fundos de investimentos		173.624	1.736	(1.736)
Classe de ativos não sensibilizados				
Custo amortizado		**1.648**	–	–
Impacto no Patrimônio Líquido			**(61)**	**61**
Impacto no Resultado			**1.736**	**(1.736)**
Impacto Líquido de Impostos PL			**(37)**	**37**
Impacto Líquido de Impostos Resultado			**1.042**	**(1.042)**
Total		**187.236**		

***iii.* Limitações da análise de sensibilidade:** O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. Adicionalmente, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo. ***c.* Risco de liquidez: *i.* Gerenciamento do risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos. Para mitigar este risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras). Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", com uma parcela das aplicações financeiras alocadas em ativos de liquidez imediata, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Ativos financeiros e contratos de seguros:

Liquidez	2025 Valor (*)	2025 %	2024 Valor (*)	2024 %
Imediata	22.058	11%	37.425	23%
1 a 30 dias	55.336	29%	50.463	31%
31 a 60 dias	88.456	45%	2.129	1%
61 a 90 dias	12.423	6%	1	0%
91 a 120 dias	5.372	3%	570	0%
121 a 150 dias	1.714	1%	2.512	2%
151 a 180 dias	–	0%	147	0%
181 a 365 dias	6.789	4%	61.523	38%
Mais de 365 dias	1.728	1%	7.477	5%
Totais	**193.876**	**100%**	**162.247**	**100%**

(*) Inclui aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência odontológica, bens e títulos a receber. ***ii.* Conciliação dos Ativos e Passivos:** A nota a seguir demonstra o *aging* das operações de todas as classes de ativos e passivos financeiros e planos odontológicos detidos pela Operadora.

Ativos financeiros	Sem vencimento	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Total
Disponível	**332**	**–**	**–**	**–**	**–**	**332**
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**173.624**	**–**	**–**	**–**	**–**	**173.624**
Quotas de fundos de investimento abertos	173.624	–	–	–	–	173.624
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**–**	**–**	**–**	**11.964**	**–**	**11.964**
Títulos privados	–	–	–	11.964	–	11.964
Mantidos ao custo amortizado	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.648**	**1.648**
Títulos privados	–	–	–	–	1.648	1.648
Créditos de operações com planos de assistência odontológica (*)	**–**	**738**	**–**	**3.332**	**–**	**4.070**
Contraprestação pecuniária a receber	–	738	–	3.160	–	3.898
Contraprestação corresponsabilidade assumida	–	–	–	171	–	171
Outros créditos de operações com planos de assistência odontológica	–	–	–	1	–	1
Bens e títulos a receber	**–**	**2.123**	**6**	**109**	**–**	**2.238**
Total dos ativos financeiros e de seguros	**173.956**	**2.861**	**6**	**15.405**	**1.648**	**193.876**

Passivos financeiros	Sem vencimento	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Total
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	**4.096**	**–**	**–**	**15.752**	**–**	**19.848**
Débitos de operações de assistência odontológica	**–**	**–**	**–**	**3.367**	**–**	**3.367**
Tributos e contribuições a recolher	**–**	**–**	**–**	**2.630**	**–**	**2.630**
Débitos diversos ao custo amortizado	**–**	**200**	**654**	**4.189**	**–**	**5.043**
Fornecedores	–	200	654	963	–	1.817
Outros débitos a pagar	–	–	–	3.226	–	3.226
Total dos passivos financeiros e de seguros	**4.096**	**200**	**654**	**25.938**	**–**	**30.888**

(*) Valor líquido da provisão para riscos de créditos. ***d. Risco de Crédito:*** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Operadora a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna onde os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito, e têm seus *ratings* avaliados por agências renomadas atuantes no mercado (*Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's*). A exposição da Operadora e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a carteira de ativos financeiros da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

***Rating* dos ativos financeiros e contratos de seguros:**

Rating	2025 Valor	2025 %	2024 Valor	2024 %
Soberano	69.005	36%	55.550	34%
AAA	69.950	36%	48.285	31%
AA	27.920	15%	34.178	22%
A	12.416	6%	10.715	8%
BBB	7.273	4%	6.598	4%
BB	1	0%	692	0%
B	–	0%	98	0%
CCC	553	0%	3	0%
DDD	24	0%	1	0%
Sem Classificação (*)	6.734	3%	6.127	1%
Total	**193.876**	**100%**	**162.247**	**100%**

(*) Inclui fundos abertos, **créditos de operações com planos de assistência odontológica, bens e títulos a receber.** Os ativos foram classificados até o último nível de investimento para classificação de *rating:* O risco de crédito de contraprestações a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber, estando, desta forma, associado à possível inadimplência dos clientes. O cálculo e impacto desta inadimplência, refletido na Provisão para Perdas Sobre Créditos (PPSC) na rubrica de contraprestações a receber pode ser observado na nota 6 - Créditos de operações com planos de assistência odontológica. **Risco de concentração de investimentos:** Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos. Para mitigar este risco, a Operadora segue os limites estabelecidos pela legislação vigente e possui uma política de investimentos com os limites estabelecidos. ***e.* Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. **Controle do risco operacional:** A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. baseia-se nos componentes e princípios do *framework* do COSO ERM e ISO 31000:2018, que têm como objetivo propiciar uma gestão integrada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas nos mercados nacional e internacional, para proposição e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e *compliance*. O processo de gestão de riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. é conduzido pela Área de Riscos e Controles Internos e está estruturado da seguinte forma: ***i.* Identificação dos riscos:** O objetivo desta etapa consiste na identificação, mapeamento e associação dos riscos aos subprocessos da cadeia de valor da Operadora. Podemos separar a etapa de identificação em cinco atividades principais: Mapeamento dos processos; Identificação dos riscos e fatores de riscos associados aos processos; Identificação dos controles e associação dos mesmos aos riscos; Identificação de normas e regulamentações que impactam cada processo; e Identificação de deficiências. ***ii.* Mensuração e avaliação:** O objetivo desta etapa consiste na mensuração e avaliação dos riscos da Operadora. Destacamos as principais atividades desta etapa: Classificação do impacto e frequência da ocorrência dos eventos e ocorrências das perdas identificadas; Realização da auto avaliação do ambiente de controles internos; Realização do *walkthrough* e testes de aderência dos controles; • Avaliação da aderência aos normativos; e Avaliação dos riscos residuais. ***iii.* Resposta ao risco (mitigação e controle):** Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Riscos e Controles Internos apoia os gestores das áreas de negócio e apoio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo: Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar na descontinuação de uma linha de serviços, divisão de negócios, processos ou subprocessos; Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos; Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: compromisso de corresponsabilidade assumida ou *outsourcing*; e • Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco. Para os riscos que a Administração da Operadora não optar por "Evitar" ou "Aceitar", deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controles internos, visando à mitigação do risco. ***iv.* Monitoramento:** Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Riscos e Controles Internos define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto "alto"). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente. ***v.* Reporte:** A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Riscos e Controles Internos no apoio às áreas gestoras de seus processos de negócios, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à alta Administração da Operadora. Com o objetivo de evitar qualquer tipo de ruptura brusca em nossos processos considerados essenciais ao negócio, em situações de crise, possuímos um estruturado plano de continuidade de negócios, composto por um conjunto de medidas e procedimentos que visam minimizar perdas financeiras para a Operadora e seus clientes. ***f.* Concentração de riscos:** A concentração apresentada é baseada no faturamento líquido obtido no exercício, porém, a distribuição de beneficiários é bem menos concentrada devido aos participantes dos planos de saúde empresarial, não estarem situados na mesma localização de seus estipulantes.

Distribuição de contraprestação de assistência odontológica - por região geográfica

	Centro-Oeste Valor	Centro-Oeste %	Nordeste Valor	Nordeste %	Sudeste Valor	Sudeste %	Sul Valor	Sul %	Total geral Valor	Total geral %
2025	27.020	12%	26.401	12%	137.529	63%	28.611	13%	219.561	100%
2024	24.400	12%	24.276	12%	128.151	64%	23.474	12%	200.301	100%

***g.* Principais ramos de atuação:** Aproximadamente 90,6% da carteira está concentrada em Planos Coletivos cujos riscos são minimizados através das revisões anuais dos contratos, visando o equilíbrio atuarial. A concentração de Planos Individuais ou Familiares é de apenas 9,4% sendo esta carteira reajustada anualmente por índice contratualmente pactuado. ***h.* Comunicações ao COAF:** Comunicamos, para os fins do disposto no inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a não ocorrência, no ano civil de 2025, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Resumo da classificação:

Títulos	Níveis	Vencimentos: Até 1 ano	Vencimentos: De 1 a 5 anos	Vencimentos: Sem vencimento	Valor contábil	Valor Custo atualizado	Valor Justo Atualizado	Ajuste a valor justo	Ativos Total 2025	%	Ativos Total 2024	%
Valor justo por meio do resultado		**–**	**–**	**173.624**	**173.624**	**173.624**	**173.624**	**–**	**173.624**	**93%**	**134.117**	**92%**
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliário	1	–	–	3.301	3.301	3.301	3.301	–	3.301	2%	2.979	2%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	1	–	–	170.323	170.323	170.323	170.323	–	170.323	91%	131.138	90%
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)		**11.964**	**–**	**–**	**11.964**	**11.400**	**11.964**	**564**	**11.964**	**6%**	**8.175**	**6%**
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	11.964	–	–	11.964	11.400	11.964	564	11.964	6%	8.175	6%
Custo amortizado		**–**	**1.648**	**–**	**1.648**	**1.648**	**1.713**	**65**	**1.648**	**1%**	**9.458**	**2%**
Quotas de Fundos de Renda Fixa		–	–	–	–	–	–	–	–	0%	6.718	4%
Debêntures	2	–	1.648	–	1.648	1.648	1.713	65	1.648	1%	2.740	2%
Total		**11.964**	**1.648**	**173.624**	**187.236**	**186.672**	**187.301**	**629**	**187.236**	**100%**	**151.750**	**100%**

b. Movimentações das aplicações:

2025

Classificação	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	134.117	207.353	(187.676)	–	19.830	173.624
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.175	3.195	(2.710)	(7)	3.311	11.964
Mensuradas a custo amortizado	9.458	–	(8.259)	–	449	1.648
TOTAL	**151.750**	**210.548**	**(198.645)**	**(7)**	**23.590**	**187.236**

2024

Classificação	Saldo em 01/01/2024	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	99.111	180.897	(157.750)	–	11.859	134.117
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	26.203	3.010	(11.172)	4	(9.870)	8.175
Mensuradas a custo amortizado	3.632	–	(6.468)	–	12.294	9.458
TOTAL	**128.946**	**183.907**	**(175.390)**	**4**	**14.283**	**151.750**

c. Hierarquia do valor justo: Os valores de referência foram definidos como se segue: **Nível 1**: títulos com cotação em mercado ativo; **Nível 2**: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e **Nível 3**: títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável.

d. Taxa de juros contratada:

Títulos	Classe	Taxa de Juros Contratada		2025
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa			170.323
Quotas de Fundos Imobiliários	Fundos Imobiliários			3.301
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	106%	CDI	11.964
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	IGPM	6,53%	1.648
Total				**187.236**

e. Garantia das provisões técnicas:

	2025	2024
Provisões técnicas (*)	18.282	17.809
Total a ser coberto	**18.282**	**17.809**
Títulos de renda fixa - Privados	22.611	19.572
Cotas de Fundos de Investimentos	1.011	2.979
Total de ativos em garantia/vinculados	**23.622**	**22.551**
Suficiência de cobertura/vínculo	**5.340**	**4.742**

(*) Com relação às provisões técnicas, não foi considerado o valor de R$ 1.566 (1.294 em 2024) da PPCNG, pois conforme item I do parágrafo único do Artigo 2º da RN 521 de 29 de abril de 2022, estão dispensados da exigência de lastro, os valores registrados na Provisão de Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas.

6 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

a. Contraprestações a receber:

	2025	2024
Contraprestação a receber - pessoa física e jurídica	11.022	10.333
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	171	118
(–) Provisão para perdas sobre créditos	(7.124)	(6.733)
Outros créditos de operações com planos de assistência odontológica	1	1
Total	**4.070**	**3.719**

b. Movimentação de contraprestações a receber (bruto da provisão para perdas sobre créditos)

	2025	2024
Contraprestações pendentes no início do exercício	**10.451**	**12.775**
Contraprestações emitidas	192.761	174.542
Contraprestação corresponsabilidade assumida	27.142	25.879
Recebimentos	(218.199)	(201.464)
Baixa de contraprestações incobráveis	(962)	(1.281)
Contraprestações pendentes no final do exercício	**11.193**	**10.451**

c. Contraprestações a receber por vencimento:

	2025	2024
Contraprestações a vencer		
1 a 30 dias	3.287	2.600
31 a 120 dias	44	43
Contraprestações vencidas		
1 a 30 dias	738	1.075
31 a 120 dias	559	363
121 a 365 dias	967	663
Superior a 365 dias	5.598	5.707
Total	**11.193**	**10.451**

d. Provisão para perdas sobre créditos:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	**6.733**	**7.199**
Constituições	1.353	815
Baixa de contraprestações incobráveis	(962)	(1.281)
Saldo no final do exercício	**7.124**	**6.733**

7 DESPESAS DIFERIDAS

	2025	2024
Saldo no início do exercício	**2.989**	**2.583**
Constituição	6.652	5.529
Reversão	(5.975)	(5.123)
Saldo no final do exercício	**3.666**	**2.989**

8 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2025	2024
Impostos e contribuições a compensar:		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.319	7.299
Crédito INSS	20	3.100
Outros créditos tributários	12	8
Total circulante	**14.351**	**10.407**
Crédito tributário sobre diferença temporária de imposto de renda (*1)(*2)	5.409	3.760
Crédito tributário sobre diferença temporária de contribuição social (*1)(*2)	1.948	1.353
PIS diferido	92	89
COFINS diferido	567	552
Total não circulante	**8.016**	**5.754**

8.1 Tributos Diferidos (*1):

	2024	Constituição	Realização	2025
Provisões para contingências fiscais	4.035	740	(396)	4.379
Provisões para contingências cíveis	238	109	(223)	124
Provisões para devedores duvidosos e PPR	840	2.583	(570)	2.853
Total dos créditos tributários	**5.113**	**3.432**	**(1.189)**	**7.356**

8.2 Estimativa de Realização Ativo Diferido (*2): A estimativa de realização dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributários futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

2026	359
2027	3.200
2028	3.709
2029	3
2030	72
Após 2030	13
Total - Ativo	**7.356**

9 BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2025	2024
Adiantamentos a funcionários	135	8
Outros créditos a receber	2.096	1.904
Adiantamentos a corretores	466	237
(–) Provisão para perdas sobre créditos	(459)	(432)
Total	**2.238**	**1.717**

10 INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Integra Unimed Ltda. 2025	Integra Unimed Ltda. 2024
Informações sobre o investimento		
Participação %	50%	50%
Quantidade de ações	5.000	5.000
Ativo total	12.526	11.687
Passivo	176	(29)
Patrimônio líquido	12.351	11.716
Resultado do exercício	635	396
Total de receitas	1.039	768
Total de despesas	(404)	(372)
Saldos do investimento no início do exercício	**5.858**	**5.660**
Resultado equivalência patrimonial - DRE	317	198
Saldos do investimento no final do exercício	**6.175**	**5.858**

11 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

2025

	Saldo em 2024	Aquisições	Depreciação	Saldo em 2025	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Hardware	10	2	(3)	9	65	(56)	9	20%
Móveis, máquinas e utensílios	252	29	(51)	230	664	(434)	230	10%
Equipamentos	88	–	(40)	48	267	(219)	48	10%
Total	**350**	**31**	**(94)**	**287**	**996**	**(709)**	**287**	

2024

	Saldo em 2023	Aquisições	Depreciação	Saldo em 2024	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Hardware	12	–	(2)	10	62	(52)	10	20%
Móveis, máquinas e utensílios	260	38	(46)	252	636	(384)	252	10%
Equipamentos	130	–	(42)	88	267	(179)	88	10%
Total	**402**	**38**	**(90)**	**350**	**965**	**(615)**	**350**	

b) Intangível:

2025

	Saldo em 2024	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferência	Saldo em 2025	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de amortização (%)
Software	2.432	–	(19)	(1.814)	1.636	2.235	35.364	(33.129)	2.235	20%
Software em desenvolvimento	4.022	4.125	(5.341)*	–	(1.636)	1.170	1.170	–	1.170	0%
Total	**6.454**	**4.125**	**(5.360)**	**(1.814)**	**–**	**3.405**	**36.534**	**(33.129)**	**3.405**	

2024

	Saldo em 2023	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferência	Saldo em 2024	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de amortização (%)
Software	1.754	1	–	(1.129)	1.806	2.432	33.697	(31.265)	2.432	20%
Software em desenvolvimento	382	5.446	–	–	(1.806)	4.022	4.022	–	4.022	0%
Total	**2.136**	**5.447**	**–**	**(1.129)**	**–**	**6.454**	**37.719**	**(31.265)**	**6.454**	

*Baixas do Ativo Intangível: O montante de 5.341 refere-se à baixa contábil relacionados ao projeto S4E (novo sistema operacional para a unidade Odonto). A interrupção do desenvolvimento ocorreu por decisão estratégica da Administração, que optou pela descontinuidade do projeto no período findo em 31/12/2025.

12 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão Contraprestação Não Ganha (PPCNG)	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	Provisão de Eventos a Liquidar (PESL)	Total
Saldo em 2024	**1.294**	**4.014**	**13.795**	**19.103**
Constituição	219.561	82	97.481	335.479
Reversão/apropriação	(219.289)	–	(5.750)	(243.394)
Pagamentos	–	–	(91.340)	(91.340)
Saldo em 2025	**1.566**	**4.096**	**14.186**	**19.848**

	Provisão Contraprestação Não Ganha (PPCNG)	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	Provisão de Eventos a Liquidar (PESL)	Total
Saldo em 2023	**1.219**	**4.284**	**13.873**	**19.376**
Constituição	218.184	136	91.706	100.656
Reversão/apropriação	(218.109)	(406)	(5.542)	(20.687)
Pagamentos	–	–	(86.242)	(86.242)
Saldo em 2024	**1.294**	**4.014**	**13.795**	**19.103**

13 TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2025	2024
Imposto de Renda	13.231	10.744
(–) Antecipação de IRPJ	(12.530)	(10.744)
Contribuição Social	4.983	4.047
(–) Antecipação de CSLL	(4.574)	(4.047)
PIS COFINS	526	363
ISS - Imposto sobre Serviços	331	341
Contribuições Previdenciárias	280	358
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	384	343
Total	**2.631**	**1.405**

14 COMERCIALIZAÇÃO SOBRE OPERAÇÕES

	2025	2024
Comissões - Corretagem	2.848	2.977
Comissões - Agenciamento	1.426	1.339
Comissões - Pró-Labore	159	193
(–) Ajuste ao valor de realização	(1.121)	(1.058)
Total	**3.312**	**3.451**

15 DÉBITOS DIVERSOS

Passivo circulante	2025	2024
Obrigações com pessoal	2.038	1.833
Fornecedores	1.826	3.803
Depósitos de terceiros	127	108
Outros débitos a pagar - despesas compartilhadas (*)	3.217	2.973
Total	**7.208**	**8.717**

(*) Débitos a pagar referente compartilhamento de despesas com:

Unimed Seguros Saúde S.A.: **1.199 (1.385 em 31 de dezembro de 2025)**

Unimed Seguradora S.A.: **2.018 (15.588 em 31 de dezembro de 2025)**

16 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Natureza	Provisão para contingências: Saldo em 2024	Constituição	Reavaliação	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 2025	Depósitos judiciais 2025	Depósitos judiciais 2024
1 - Fiscal	**14.434**	**635**	**–**	**1.506**	**–**	**16.575**	**13.016**	**11.231**
1.1 INSS Liminar Judicial	2.178	292	–	231	–	2.701	2.701	2.178
1.3 PIS S/PROC ISS	162	30	–	18	–	210	–	–
1.4 COFINS S/PROC ISS	1.000	178	–	113	–	1.291	–	–
1.5 ISS LC 157/ 16	314	–	–	27	–	341	–	–
1.6 LIMIN Terc. Teto 20 sal.	1.510	135	–	176	–	1.821	322	–
1.7 PROV. CONTING PROC ISS - LC 175/2020	9.188	–	–	941	–	10.129	9.993	9.053
1.8 Multa ANS	82	–	–	–	–	82	–	–
2 - Trabalhista	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
3 - Contingências cíveis	**702**	**523**	**(745)**	**68**	**(181)**	**367**	**139**	**240**
Total	**15.136**	**1.158**	**(745)**	**1.574**	**(181)**	**16.942**	**13.155**	**11.471**

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 27/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/27/UNIMEDSAUDEODONTO54436027022026.pdf

Hash:177215088091450ab4a28d45cfa1ca3a3632af2d8f

Unimed ODONTO

Unimed Saúde e Odonto S.A.

CNPJ/MF: 10.414.182/0001-09 **ANS - nº 41.680-1**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

continuação

	Provisão para ações judiciais					Depósitos judiciais	
Natureza	**Saldo em 2023**	**Constituições**	**Atualizações**	**Pagamentos**	**Saldo em 2024**	**2024**	**2023**
1 - Fiscal	**12.585**	**743**	**1.106**	**–**	**14.434**	**11.231**	**10.072**
1.1 - INSS Liminar Judicial	1.757	270	151	–	2.178	2.178	1.757
1.2 - PIS S/PROC ISS	124	26	12	–	162	–	–
1.3 - COFINS S/PROC ISS	767	162	71	–	1.000	–	–
1.4 - ISS LC 157/ 16	293	–	21	–	314	–	–
1.5 - Liminar Terc. Teto 20 sal.	1.112	285	113	–	1.510	–	–
1.6 - Prov. Conting. Proc. ISS - LC 175/2020	8.450	–	738	–	9.188	9.053	8.315
1.7 - Multa ANS	82	–	–	–	82	–	–
2 - Trabalhista	**–**	**42**	**1**	**(43)**	**–**	**–**	**–**
3 - Contingências cíveis	**429**	**285**	**86**	**(98)**	**702**	**240**	**262**
Total	**13.014**	**1.070**	**1.192**	**(141)**	**15.136**	**11.471**	**10.334**

	2025				2024			
Movimentação	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldo inicial	**14.434**	**–**	**702**	**15.136**	**12.585**	**–**	**429**	**13.014**
Constituições	635	–	523	413	743	42	285	1.070
Reversões	–	–	(745)	–	–	–	–	–
Atualizações	1.506	–	68	1.574	1.106	1	86	1.193
Pagamentos	–	–	(181)	(181)	–	(43)	(98)	(141)
Saldo final	**16.575**	**–**	**367**	**16.942**	**14.434**	**–**	**702**	**15.136**

Composição das ações judiciais

	Cíveis 2025			Cíveis 2024		
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor da provisão**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor da provisão**
Provável	21	247	333	23	575	696
Possível	8	63	33	2	10	6
Remota	14	16.387	–	16	14.443	–
Total	**43**	**16.697**	**367**	**41**	**15.028**	**702**

	Trabalhista 2025			Trabalhista 2024		
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor da provisão**	**Quantidade**	**Valor reclamado**	**Valor da provisão**
Provável	–	–	–	–	–	–
Possível	–	–	–	–	–	–
Remota	1	–	–	1	1	–
Total	**1**	**–**	**–**	**1**	**1**	**–**

1. Fiscal: 1.1 INSS Liminar Judicial - Recolhimento da contribuição previdenciária, sobre verbas trabalhistas. A Operadora através de parecer de seus assessores jurídicos considera como perda: riscos (i) auxílios-doença e acidente (primeiros 15 dias) - remota; (ii) auxílio-creche - remota; (iii) aviso prévio indenizado - remota; (iv) terço constitucional de férias - provável, (v) férias indenizadas - remota; (vi) adicional de hora extra e noturno - possível; (vii) férias usufruídas e descanso semanal remunerado - possível; (viii) salário-maternidade/paternidade - remota e (ix) gratificação natalina (décimo terceiro salário) - possível, sendo certo que para estas verbas a empresa vem realizando os depósitos judiciais dos valores e consequentemente constituindo a provisão destes valores que em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 2.701. **1.2 Exclusão do ISS da base de cálculo PIS** - a Operadora, através de seus assessores jurídicos, considera a probabilidade de perda como remota, e para fazer frente a eventual perda futura, a empresa vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo correspondente a R$ 210. **1.3 Exclusão do ISS da base de cálculo COFINS -** a Operadora, através de seus assessores jurídicos, considera a probabilidade de perda como remota, e para fazer frente a eventual perda futura, a empresa vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo Correspondente a R$ 1.291. **1.4 ISS Lei Complementar 157/16 -** Há ação direta de inconstitucionalidade tramitando no STF (ADI nº 5835) suspendendo a eficácia da LC 157/16. A referida ação foi movida por Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF). Não há risco envolvido. Para fazer frente a eventual perda futura, a empresa realizou o provisionamento do valor de R$ 341. **1.5 Contribuição de Terceiros - Sistema S - Limitação da base de cálculo em 20 salários mínimos -** Discute a restrição da base de cálculo da cobrança da contribuição de terceiros para o sistema S em 20 salários mínimos, nossos assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda financeira ao fim da ação, a Operadora vem provisionando o excedente referente aos 20 salários mínimos, equivalente a provisão de R$ 1.821. **1.6 ISS - Lei Complementar 175/20** - A ação tem por objetivo a confirmação de qual ente Municipal é credor do ISSQN, em razão da mudança instituída pela LC 175/2020, liminar indeferida. Não há risco envolvido, tendo em vista que o mandado de segurança foi impetrado apenas com intuito de depositar em juízo os valores devidos de ISS e confirmar para qual ente municipal será devido. A provisão, em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 10.129. **2. Contingências cíveis -** A Operadora responde a processos de natureza cível, em diversas fases de tramitação. Conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos os processos classificados como de perda "provável" e "possível" estão provisionados. Cabe esclarecer que conforme nota técnica, a Operadora constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável no montante de R$ 367.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 90.000 (R$ 68.134 em 2024) composto por 100.000.000 (100.000.000 em 2024) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aumento de capital realizado em 31/03/2025 foi efetuado por meio da incorporação de saldo das reservas de lucros, no montante de R$ 21.866, sem emissão de novas ações. ***i.* Reserva legal:** Constituída ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social. ***ii.* Reserva de investimento e capital de giro:** O saldo do lucro líquido, após destinações de reserva legal e dividendos se houver, será destinado à Reserva de Investimento e Capital de Giro, a qual não poderá exceder o valor do capital social. Esta reserva que terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no imobilizado, nas operações da Operadora, no intangível e acréscimo do capital de giro. A constituição da Reserva de Investimento e Capital de Giro pode ser dispensada ou diminuída por deliberação da Assembleia Geral, na hipótese de esta vir a decidir pela destinação de lucros para pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório. Conforme previsto no estatuto Social e *ad referendum* à reunião da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, será realizada a transferência da reserva de lucros dos valores que excederam o capital social para aumento do capital social. ***iii.* Dividendos:** De acordo com o Artigo 26, § 1º, inciso II do Estatuto Social da Unimed Saúde e Odonto S.A., o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar: Lucro líquido do exercício; (–) Destinação de reserva legal de 5%; e Sobre a base de cálculo, distribuir no mínimo 10%. O valor relacionado a distribuição de dividendos foi pago antecipadamente no valor de R$ 5.000 em dezembro de 2025 (R$ 4.500 em 2024).

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**40.316**	**29.497**
Reserva legal	2.016	1.475
Base de cálculo dos dividendos	**38.300**	**28.023**
Pagamento dividendos e de juros sobre capital próprio	5.000	4.500
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	**13%**	**16%**

Em atendimento à Resolução Normativa ANS nº 569/2022, as operadoras de planos de assistência à saúde deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Regulatório (CR), equivalente ao maior valor entre o Capital-Base (CB) e o Capital Baseado em Risco (CBR).

	2025	2024
1. Patrimônio líquido	**193.042**	**157.730**
Deduções:	**(13.352)**	**(15.723)**
(–) Participação societária	(6.175)	(5.858)
(–) Despesas de comercialização diferida	(3.666)	(2.989)
(–) Ativo intangível	(3.405)	(6.454)
(–) Despesas Antecipadas	(106)	(422)
Patrimônio líquido ajustado (a)	**179.690**	**142.007**
2. Capital baseado em risco	**32.543**	**29.288**
Capital-base (CB) (*)	12.328	11.702
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)		
Capital de risco de subscrição	16.915	16.207
Capital de risco de crédito	12.696	10.114
Capital de risco operacional	6.587	6.009
Capital de risco de mercado	751	926
Correlação entre riscos	4.406	3.968
Capital baseado em risco (b)	**32.543**	**29.288**
Suficiência de capital (c = a - b)	**147.147**	**112.719**
Suficiência de capital (d = c / b)	**452,16%**	**384,86%**
Suficiência de solvência (e = a / b)	**552,16%**	**484,86%**

(*) De acordo com o disposto no art. 3º da RN 569/2022, a ANS divulga os parâmetros para a atualização do capital de referência a ser considerado no cálculo do Capital-Base. Esse capital de referência será ajustado anualmente com base na variação do IPCA acumulada entre julho do ano anterior e junho do ano atual e divulgado pela ANS sempre em julho de cada ano. A partir de julho/2025, com a aplicação da atualização de 5,35%, o valor do Capital-Base passou a ser de 12.328.

18 TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração e Conselho: A remuneração paga aos Administradores e conselheiros é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas" e compreende exclusivamente benefícios de curto prazo. Não são concedidos benefícios pós-emprego, tampouco há política de remuneração baseada em ações para empregados ou Administradores. Os montantes são pagos pelas empresas do Grupo Seguros Unimed ao pessoal-chave da Administração e Conselho.

(R$ mil)	2025	2024
Honorários (Salários, honorários e bônus)	9.955	9.950
Pró-labore	8.577	8.161
Benefícios (Contribuições previdenciárias/pensão)	3.160	2.955
Bônus e participações nos lucros	2.277	2.686
Total	**23.969**	**23.752**

(a) Despesas administrativas e compartilhadas com as controladoras Unimed Seguradora S.A. e Unimed Seguros Saúde S.A. (b) Receita com planos odontológicos com as controladoras, Unimed Seguradora S.A., Unimed Seguros Saúde S.A., Unimed Patrimoniais S.A., Unimed Participações S.A. e a empresa relacionada do Sistema Cooperativo Unimed (Federação Interfederativa das Cooperativas de trabalho médico do Estado de Minas Gerais). (c) Remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore com as empresas cooperativas singulares pertencentes ao sistema cooperativo Unimed. (d) Despesas com pessoal próprio com as controladoras Unimed Seguradora S.A. e Unimed Seguros Saúde S.A. (e) Despesas com honorários de administração de carteira de investimentos. (f) Sinistros ocorridos. (g) Contraprestações a receber junto as Cooperativas. As principais operações com entidades do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed estão detalhadas a seguir:

	2025	2024
Ativo		
Contraprestações a receber-Corresponsabilidade Assumida: (g)		
Unimed Recife	118	118
Unimed Porto Alegre	–	–
Sulmed Assistência Médica	53	–
Total	**171**	**118**
Passivo		
Débitos de operações: (c)		
Cooperativas Unimed	193	145
Débitos diversos:		
Investcoop Asset Management Ltda. (e)	26	32
Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	1.199	1.385
Acionistas minoritários (c)	2.542	2.844
Unimed Seguradora S.A. (a)	2.018	1.588
Total	**5.978**	**5.994**
Receitas		
Contraprestações emitidas: (b)		
Federação Interestadual do Estado de Minas Gerais	21	21
Unimed Seguros Saúde S.A.	266	226
Unimed Seguradora S.A.	475	457
Unimed Belo Horizonte	16.227	14.971
Unimed Rio	–	4.930
Unimed Porto Alegre	7.018	4.554
Acionistas minoritários	1.960	1.424
Unimed Patrimoniais S.A.	13	15
Unimed Participações S.A.	30	9
Total	**26.010**	**26.607**
Despesas		
Despesas de Comercialização: (c)		
Cooperativas Unimed	1.150	1.093
Despesas administrativas:		
Investcoop Asset Management Ltda. (e)	289	360
Unimed Seguros Saúde S.A. (d)	1.913	1.646
Unimed Seguradora S.A. (d)	178	202
Sinistros: (f)		
Unimed Belo Horizonte	10.220	12.948
Unimed Porto Alegre	4.471	2.877
Acionistas minoritários	1.277	160
Despesas administrativas compartilhadas: (a)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	8.605	6.914
Unimed Seguradora S.A.	18.306	15.568
Total	**46.409**	**41.768**

19 DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Receitas com operações de assistência odontológica

	2025	2024
Contraprestações emitidas	225.913	205.118
Contraprestações canceladas	(6.010)	(4.697)
Contraprestações restituídas	(70)	(45)
Variação das contraprestações não ganhas	(272)	(75)
Total	**219.561**	**200.301**

b. Tributos diretos de operações com planos de assistência

	2025	2024
COFINS	(5.245)	(4.713)
PIS	(852)	(766)
ISS	(4.416)	(4.057)
Total	**(10.513)**	**(9.536)**

c. Eventos conhecidos

	2025	2024
Eventos conhecidos	(97.480)	(91.706)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(83)	270
Glosas	5.750	5.542
Recuperação de eventos	51	56
Total	**(91.762)**	**(85.838)**

d. Abertura dos eventos conhecidos líquidos de recuperações de eventos e glosas

Planos individuais/familiares	2025	2024
Rede contratada	(6.472)	(4.878)
Total	**(6.472)**	**(4.878)**
Planos coletivos empresariais		
Rede contratada	(85.207)	(81.230)
Total	**(85.207)**	**(81.230)**
Total de eventos líquidos de recuperação e glosa	**(91.679)**	**(86.108)**

e. Despesas de comercialização

	2025	2024
Comissões sobre prêmios emitidos	(14.255)	(13.422)
Comissões de agenciamento	(7.286)	(5.225)
Variação das despesas de comercialização diferidas	677	407
Despesas com administração de contratos	(990)	(1.093)
Total	**(21.854)**	**(19.333)**

f. Outras receitas e despesas operacionais

	2025	2024
Ajuste ao valor de realização para obrigação	222	82
Outras receitas assistência odontológica	581	941
Subtotal	**803**	**1.023**
Despesas com cobrança	(289)	(250)
Outras despesas com operações de assistência odontológica	897	(4.269)
Despesas com contingências cíveis	222	(285)
Reversão contingências cíveis	(132)	(41)
Despesas com encargos sociais	(160)	(283)
Despesas com provisão sobre contraprestações odontológicas	(1.745)	(1.246)
Subtotal	**(1.207)**	**(6.374)**
Outras despesas operacionais	(233)	(216)
Total	**(1.440)**	**(6.590)**

g. Despesas administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal	(31.619)	(26.864)
Serviços de terceiros	(17.548)	(16.140)
Despesas com amortização/depreciação	(1.908)	(1.219)
Localização e funcionamento	(3.114)	(2.892)
Despesa com publicidade e propaganda	(3.861)	(2.233)
Outras	(1.087)	(710)
Subtotal	**(59.137)**	**(50.058)**
Despesas com tributos:		
Taxas de saúde suplementar	(32)	(4)
Outros	(151)	(123)
Subtotal	**(183)**	**(127)**
Total	**(59.320)**	**(50.185)**

h. Receitas e despesas financeiras

Receitas	2025	2024
Receitas com títulos privados	**1.517**	**1.568**
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.388	1.225
Custo amortizado	129	343
Receitas com títulos públicos	**–**	**114**
Valor justo por meio do resultado	–	114
Receitas com fundos de investimento	**22.343**	**13.736**
Valor justo por meio do resultado	20.055	12.008
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.923	1.335
Custo amortizado	365	393
Demais receitas financeiras	**2.845**	**2.006**
Receitas financeiras com operações de assistência odontológica	64	77
Receitas com créditos tributários	1.363	801
Receitas financeiras com depósitos judiciais	1.165	893
Outras receitas financeiras	253	235
Subtotal	**26.705**	**17.424**
Despesas		
Despesas com títulos de renda fixa e variável	**(29)**	**(362)**
Valor justo	–	(362)
Custo amortizado	(29)	–
Despesas com fundos de investimentos	**(241)**	**(773)**
Valor justo por meio do resultado	(225)	(773)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(16)	–
Demais despesas financeiras	**(1.906)**	**(1.639)**
Despesa financeira com operações de assistência odontológica	(30)	(45)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(6)	–
Encargos sobre provisões para contingências	(1.574)	(1.192)
Outras despesas financeiras	(296)	(402)
Subtotal	**(2.176)**	**(2.774)**
Total	**24.529**	**14.650**

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	**54.033**	**43.915**	**54.033**	**43.915**
Adições:				
Provisão para contingências	1.806	2.122	1.806	2.122
Provisão para risco de créditos	390	(465)	390	(465)
Brindes e patrocínio	51	50	51	50
Donativo	419	315	419	315
Programa de participação no resultado	141	63	141	63
Outras	–	52	–	52
Exclusões: Receitas com depósitos judiciais	(1.165)	(889)	(1.165)	(889)
Equivalência	(317)	(198)	(317)	(198)
Base de cálculo:	**55.358**	**44.965**	**55.358**	**44.965**
Alíquotas:				
Imposto de renda e Contribuição social	(8.303)	(6.745)	(4.982)	(4.047)
Adicional 10%	(5.512)	(4.472)	–	–
Outros	583	472	–	–
Tributos correntes	**(13.232)**	**(10.745)**	**(4.982)**	**(4.047)**
Tributos de exercícios anteriores	1.737	–	520	92
Total	**(11.495)**	**(10.745)**	**(4.462)**	**(3.955)**
Tributos Diferidos	1.647	207	593	75
Resultado imposto de renda e contribuição social	**(9.848)**	**(10.538)**	**(3.869)**	**(3.880)**
Alíquota efetiva	18%	25%	7%	9%

21 CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2025	2024
Lucro do exercício	**40.316**	**29.497**
Ajustes para:	**4.728**	**4.944**
Depreciação e amortização	1.908	1.219
Redução do valor recuperável de contraprestação	1.745	1.246
Créditos tributários e previdenciários	(3.962)	3.629
Despesas antecipadas	316	(349)
Outros - baixas de intangível/imobilizado	5.360	–
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	(677)	(407)
Diferimento das provisões técnicas	355	(196)
Resultado de equivalência patrimonial	(317)	(198)
Variação das contas patrimoniais:	**(23.513)**	**(6.091)**
Aplicações financeiras	(35.491)	(22.800)
Tributos diferidos	(2.243)	(281)
Crédito de operações com planos de assistência odontológica	(2.097)	(612)
Bens e títulos a receber	(521)	(312)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.684)	(1.137)
Débitos diversos	(1.509)	(244)
Tributos e contribuições a recolher	18.329	14.782
Débitos de operações de assistência odontológica	(494)	1.245
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	391	(78)
Provisões judiciais	1.806	2.122
Caixa gerado nas atividades operacionais	**21.531**	**28.350**
Impostos pagos sobre o lucro	**(17.104)**	**(14.791)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**4.427**	**13.559**

DIRETORIA

Helton Freitas – Diretor-Presidente
Miguel Zerati Filho – Diretor
Yugo William Sakamoto – Diretor
Elias Bezerra Leite – Diretor
Remegildo Gava Milanez – Diretor

ATUÁRIA

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MIBA - 1118

CONTADOR

Vinicius Negrini de Oliveira
CRC: 1SP242483/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Unimed Saúde e Odonto S.A. -** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Saúde e Odonto S.A. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Saúde e Odonto S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 27/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/27/UNIMEDSAUDEODONTO54436027022026.pdf

Hash:177215088091450ab4a28d45cfa1ca3a3632af2d8f